

A CHAMADA “CULTURA EMPREENDEDORA” NA EDUCAÇÃO BÁSICA: ANÁLISE DO TERMO DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA DO SEBRAE

LA LLAMADA “CULTURA EMPRESARIAL” EN LA EDUCACIÓN BÁSICA: ANÁLISIS DEL TÉRMINO DE REFERENCIA DEL SEBRAE EN LA EDUCACIÓN EMPREENDEDORA

THE SO-CALLED “ENTREPRENEURIAL CULTURE” IN BASIC EDUCATION: ANALYSIS OF SEBRAE’S TERM OF REFERENCE IN ENTREPRENEURIAL EDUCATION

DOI: <http://doi.org/10.9771/gmed.v16i1.54781>

Ramon Mendes da Costa Magalhães¹

Rodrigo Lamosa²

Resumo: O SEBRAE se constitui um importante Aparelho Privado de Hegemonia da classe burguesa e tem difundido amplamente a ideologia do empreendedorismo na sociedade civil. Este APH tem empregado uma forte ofensiva sobre o Ensino Médio, principalmente com a aprovação da contrarreforma do Ensino Médio em 2017. Com o intuito de difundir mais profundamente a ideologia do empreendedorismo no campo educacional, o SEBRAE lançou também em 2020 um documento que atualiza os referenciais teóricos desse APH para disseminar a dita “educação empreendedora”. O documento foi intitulado de “Termo de Referência em Educação Empreendedora”. Assim sendo, o objetivo desse artigo é analisar esse documento de modo a explicitar as bases teóricas que sustentam a chamada “educação empreendedora” difundida pelo SEBRAE.

Palavras-chave: Educação. Empreendedorismo. Aparelhos Privados de Hegemonia. Ensino Médio. Sociedade Civil.

Resumen: El SEBRAE constituye un importante Aparato Privado de Hegemonía de la clase burguesa y ha difundido ampliamente la ideología del emprendimiento en la sociedad civil. Esta APH ha utilizado una fuerte ofensiva sobre la Educación Media, principalmente con la aprobación de la contrarreforma de la Educación Media en 2017, referentes teóricos de esta APH para difundir la llamada “educación emprendedora”. El documento se tituló “Término de Referencia en Educación Empresarial”. Por lo tanto, el objetivo de este artículo es analizar este documento con el fin de explicar las bases teóricas que sustentan la llamada “educación emprendedora” difundida por el SEBRAE.

Palabras clave: Educación. Emprendimiento. Aparatos Privados de Hegemonía. Escuela secundaria. Sociedad civil.

Abstract: SEBRAE constitutes an important Private Apparatus of Hegemony of the bourgeois class and has widely disseminated the ideology of entrepreneurship in civil society. This APH has used a strong offensive on Secondary Education, mainly with the approval of the Secondary Education counter-reform in 2017. theoretical references of this APH to disseminate the so-called “entrepreneurial education”. The document was entitled “Term of Reference in Entrepreneurial Education”. Therefore, the objective of this article is to analyze this document in order to explain the theoretical bases that support the so-called “entrepreneurial education” disseminated by SEBRAE.

Keywords: Education. Entrepreneurship. Private Apparatuses of Hegemony. High school. Civil society.

Introdução

O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE se constitui um importante Aparelho Privado de Hegemonia³ (APH) da classe burguesa e tem difundido amplamente a ideologia do empreendedorismo na sociedade civil. Este APH tem empregado uma forte ofensiva sobre o Ensino Médio, como destacam Magalhães e Lamosa (2021; 2024), principalmente com a aprovação da contrarreforma⁴ do Ensino Médio em 2017, a atualização das Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio (DCNEM) e da Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio (BNCC/EM) em 2018 durante o governo de Michel Temer, as quais tornaram o empreendedorismo um dos eixos estruturantes do “Novo Ensino Médio”, bem como um itinerário formativo (MAGALHÃES; LAMOSA, 2024).

Com a contrarreforma do Ensino Médio, o Ensino Médio foi “reformado” sob os “novos” ideais da classe dominante, na qual os conceitos de empreendedorismo, de competências socioemocionais (ACCIOLY; LAMOSA, 2021), de responsabilização dos sujeitos (jovens estudantes do Ensino Médio) (GAWRYSZEWSKI, 2017), de flexibilização do ensino (KUENZER, 2017) e de mercantilização (SILVA; SCHEIBE, 2017) se tornam predominantes.

A partir disso, o SEBRAE lançou um documento intitulado “Empreendedorismo no currículo escolar do ensino médio” (SEBRAE, 2020a), no qual se colocou a “disposição” como o principal “parceiro”⁵ de instituições públicas e privadas de educação no desenvolvimento do empreendedorismo. Este documento apresenta diversas estratégias para difusão da chamada “cultura empreendedora”⁶ nas instituições educacionais, com ênfase a *expertise* do SEBRAE junto as micro e pequenas empresas, bem como seu alinhamento as diretrizes internacionais ligadas a educação (MAGALHÃES; LAMOSA, 2021).

Com o intuito de difundir mais profundamente a ideologia do empreendedorismo no campo educacional, o SEBRAE lançou também em 2020 um outro documento que atualiza os referenciais teóricos desse APH para disseminar a dita “educação empreendedora”. O documento foi intitulado de “Termo de Referência em Educação Empreendedora” (TREE) (SEBRAE, 2020b). Esse documento, além de manter a continuidade do posicionamento ideológico do SEBRAE, busca ampliar a concepção sobre a chamada “educação empreendedora” disseminada pelo referido APH na educação básica. Assim sendo, o objetivo desse artigo é analisar esse documento, de modo a explicitar as bases teóricas que sustentam a chamada “educação empreendedora” difundida pelo SEBRAE.

Para isso, tomamos como método o materialismo histórico-dialético, de modo à alcançar um conhecimento que nos possibilite avançar além das aparências fenomênicas, na progressiva e histórica compreensão da realidade (KOSIK, 1976). Além disso, o método nos

ajuda a desvelar as formas fetichizada que se encontram os fenômenos educacionais, demonstrando as possíveis intencionalidades presentes nos documentos para a formação dos indivíduos e para a consolidação de políticas educacionais. Assim sendo, considerando a referida base epistêmica, o tratamento metodológico realizado foi de análise documental, para compreender criticamente as formulações presentes no documento.

Análise do “Termo de Referência em Educação Empreendedora (TREE)”

Antes de apresentarmos nossa análise sobre o TREE, é importante salientar que o SEBRAE, desde o início do século XXI, elaborou outros documentos sobre a ideologia do empreendedorismo para a educação. Dias (2019) em sua Tese de Doutorado analisou 3 documentos que referenciam a educação empreendedora do SEBRAE: os Referenciais para uma Nova Práxis Educacional (RNPE) de 2001, os Referenciais Educacionais do SEBRAE (RES) de 2006 e os “Referenciais Educacionais do SEBRAE”, atualizado de 2015. Todos esses documentos orientam formações intervenção do SEBRAE na educação e, de acordo com o autor, trazem “os pontos basilares que desenham a perspectiva da formação empreendedora” (DIAS, 2019, p.326). Neste artigo, estabeleceremos um constante diálogo com as análises do autor supracitado, apresentando continuidades e “novidades” do SEBRAE para a dita “cultura empreendedora”.

O TREE foi dividido em um texto introdutório e sete capítulos. Na “Introdução”, os formuladores indicam que o termo TREE apresenta a visão da organização pautada em estudos que se deram ao longo da história de “disseminação e práticas da Educação Empreendedora no nosso país” (SEBRAE, 2020b, p. 5), tendo as competências essenciais, pautadas nos quatro pilares da UNESCO, como parte dos programas e abordagens do SEBRAE, para preparar os indivíduos com atitudes empreendedoras, seja para abrir um negócio ou desenvolver um projeto de vida, tornando-os protagonistas da sua própria história. A intenção, segundo seus formuladores, é que o TREE “seja uma ferramenta, um guia prático da educação empreendedora brasileira contemporânea, que está atento aos desafios de um mundo cada vez mais acelerado, conectado e complexo” (p.5).

Podemos constatar que esse material tem uma intencionalidade explícita de fomentar a ideologia do empreendedorismo para que os indivíduos assumam uma nova forma de sentir, pensar e agir na sociedade, seja na vida produtiva ou social, e isso se daria pela aquisição de competências empreendedoras, segundo prescrições contidas no Relatório Jacques Delors (DELORS, 1998). Além disso, consideram que a história de cada um pode ser construída de forma individual, desconsiderando as relações entre as classes sociais estruturantes da sociedade e

suas relações de luta, dentro dela, pela hegemonia e que condicionam as condições materiais de existências das classes sociais em disputa.

Dias (2019) revela que o RNPE, primeiro documento basilar analisado pelo autor, é construído em total consonância com o lema “aprender a aprender”⁷, tendo os pilares da educação do relatório Jacques Delors como grandes referências (aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser).

Nota-se no TREE, uma continuidade da adoção dos 4 pilares para a educação da UNESCO, mesmo tendo se passado 18 anos desde o RNPE, o que nos revela a hegemonia dos organismos internacionais nas propostas pedagógicas nacionais e nos interesses do empresariado, tendo a pedagogias das competências como sua grande representante.

No primeiro capítulo do documento, intitulado “Admirável Mundo Novo”, os formuladores abordam as seguintes temáticas: Futuro Presente; a 4ª Revolução Industrial; a Era da Informação x Era Pós-Digital; o conceito de Mundo VUCA⁸ e a realidade do trabalho; Novo Trabalho, novas competências, e; E por falar em tecnologia: o que esperar para os próximos anos?. Tais temáticas procuram apontar as mudanças que o mundo vem passando e que isto impacta diretamente nas formas de ser, agir e pensar das pessoas, sendo necessário uma formação adequada para se adaptar e preparar os indivíduos para o futuro.

O SEBRAE informa no TREE, de forma muito superficial, que as tecnologias, decorrentes da 4ª Revolução Industrial que instaura a “Indústria 4.0”, produziram, ou produzirão, uma grande revolução na sociedade, não só nas máquinas, alterando as formas como vivemos, trabalhamos e nos relacionamos. Essas informações são baseadas no livro “A Quarta Revolução Industrial” de Klaus Schwab, publicado no Brasil em 2016 e fundador do Fórum Econômico Mundial. Nessa linha, “novos modelos de trabalho, a portabilidade e a flexibilidade de atuação se tornam cada vez mais comuns, com a dissolução de ideias rígidas relacionadas a locais e horários de trabalho e, como consequência, os limites entre vida pessoal e profissional” (SEBRAE, 2020b, p.14). Segundo o TREE, “novos modelos de trabalho, a portabilidade e a flexibilidade de atuação se tornam cada vez mais comuns, com a dissolução de ideias rígidas relacionadas a locais e horários de trabalho e, como consequência, os limites entre vida pessoal e profissional” (SEBRAE, 2020b, p.14).

Essas formulações, teriam a intenção de produzir uma necessidade nos indivíduos de que eles têm que obter competências, entre elas as empreendedoras, para se adaptar a essa “nova sociedade” que está por vir. No entanto, as formulações não se aprofundam sobre as consequências reais que essa 4ª Revolução Industrial impõe à classe trabalhadora. Segundo Antunes (2020), a expansão da Indústria 4.0 ampliará “os processos produtivos ainda mais

automatizados e robotizados em toda a cadeia de valor, de modo que a logística empresarial será toda controlada digitalmente” (p.14). Isso ampliará o trabalho morto (capital constante; meios de produção) nas indústrias e diminuirá o trabalho vivo (capital variável; força de trabalho) dentro do processo de produção de valor, o que impactará na taxa de lucro e conseqüentemente na queda tendencial da taxa de lucro, engendrando a crise estrutural do capital e suas manifestações conjunturais.

Desta forma, “o processo tecnológico-organizacional-informacional eliminará de forma crescente uma quantidade incalculável da força de trabalho, a qual se tornará supérflua e sobrando, sem empregos, sem seguridade social” (ANTUNES, 2020, p.14), jogados na incerteza e na instabilidade. Neste cenário, os trabalhadores com mais “competências e habilidades” poderão assumir “novos trabalhos”, que certamente amplificarão a precarização, a informalidade, a parcialidade dos contratos de trabalho e os subempregos.

A chamada “educação empreendedora” seria, na visão do SEBRAE, a grande estratégia para se adaptar a essas mudanças, sejam elas do lado dos que conseguirão se adaptar ao processo tecnológico-organizacional-informacional ou dos que serão obrigados a encontrar oportunidades nas relações informais e precárias do mundo produtivo, agindo de forma “inovadora” e persistente.

O APH ressalta, ainda, que, na “Era Pós-Digital”, “a informação deixa de ser um privilégio ou algo inacessível” (SEBRAE, 2020b, p.9), o que alteraria as relações de poder na sociedade, tornando-as mais horizontais e menos hierárquicas. Questionamos se o acesso a informação, somente, garantiria uma posição privilegiada dentro das relações de poder ou, como acreditamos, seria necessário o domínio dos conhecimentos científicos historicamente produzidos pela humanidade, que são negados a classe trabalhadora, além do domínio dos meios de produção, que estão nas mãos da classe burguesa.

Outro aspecto que merece ser destacado é em relação a formulação sistematizada na sigla VUCA, isto é, a volatilidade, a incerteza, a complexidade e ambigüidade do mundo e da realidade do trabalho. Segundo os formuladores, para se adaptar à nova configuração do mundo do trabalho, seria necessário assumir estratégias e desenvolver competências, entre elas, as empreendedoras. Como podemos ver no excerto abaixo:

Volatilidade

Mudanças rápidas sem um caminho ou padrão preestabelecido.

Estratégia: Visão que leva à agilidade.

Competências: Orientação para o futuro, transparência, comunicação clara, compromisso com um futuro melhor.

Complexidade

Efeitos multifacetados, causas interdependentes.

Estratégia: Clareza que leva à reestruturação.

Competências: Resolução de problemas, tomada de decisão, comunicação efetiva, análise de dados, clareza e transparência.

Incerteza

Transformações disruptivas frequentes, imprevisibilidade e resultados desconhecidos.

Estratégia: Entendimento que leva à informação.

Competências: Engajamento, colaboração, flexibilidade e diversidade de valores.

Ambiguidade

Falta de representação, falta de clareza sobre o que é verdadeiro e real.

Estratégia: Agilidade que leva à experimentação.

Competências: Responsabilização, inovação e tecnologia. (SEBRAE, 2000b, p.13)

Constatamos um forte apelo às competências empreendedoras vinculadas ao constructo VUCA, tais como: orientação para o futuro, compromisso com um futuro melhor, resolução de problemas, tomada de decisão, engajamento, colaboração, flexibilidade, diversidade de valores, responsabilização e inovação. A partir desse excerto, levantamos algumas indagações que não são respondidas no documento: Qual a intencionalidade dessas mudanças que são produzidas? Quem produz essas mudanças e para atender a quais interesses? Será que há “transparência na complexidade”? Como essas incertezas são produzidas? Quais necessidades são atendidas com a produção dessas incertezas? Quais são as representações que o TREE tem do real?

Essas questões, em nossa análise, são fundamentais para que o leitor compreenda os interesses do SEBRAE com a formulação do TREE e com a disseminação da ideologia empreendedora. Verificamos que essas formulações guardam os interesses da classe dominante para reprodução do capital e a manutenção da ordem capitalista. Assim sendo, as mudanças provocadas pelo modo de produção capitalista são intencionais e buscam esconder a essência dos fenômenos, mantendo a compreensão dos indivíduos no plano das aparências e disseminando que as soluções para os problemas se dariam a partir de estratégias pragmáticas e individuais pautadas no desenvolvimento de competências empreendedoras.

Para finalizar o capítulo do documento, o SEBRAE organiza uma série de mudanças tecnológicas com impactos no trabalho e na vida social para justificar a necessidade de se implementar uma educação empreendedora, pois se torna necessário que as futuras gerações mudem:

[...] seu entendimento, suas atitudes, suas habilidades, suas relações para lidar com este mundo cambiante, devem projetar uma visão que alicerce e guie a educação dos mais jovens, visando prepará-los para configurações de trabalho e de profissões que nem sequer existem atualmente. (SEBRAE, 2020b, p. 20)

Ressaltamos que o objetivo do documento é criar nos indivíduos a percepção que é necessário desenvolver competências empreendedoras para se adaptar às mudanças que estão por vir, se adaptando a um novo mundo produtivo e social a partir de mudanças individuais no modo de ser, agir e pensar.

Constatamos que há uma preocupação do SEBRAE em contextualizar o mundo produtivo e social para justificar a implementação da chamada “educação empreendedora”,

mesmo que de uma forma superficial, explicando somente a aparência dos fenômenos que envolvem a vida produtiva e social, sem explicitar a essência das relações capitalistas que engendram a relações de trabalho.

No capítulo 2, “Pelos Lentes do Empreendedorismo”, o SEBRAE aborda as seguintes temáticas: “A origem do termo”; “O que é empreender?”; “Evolução do pensamento sobre empreendedorismo (influência da economia, influência da sociologia, influência da psicologia, influência no início do século XXI)”; “Síntese das Escolas de Pensamento em Empreendedorismo”; “Empreendedorismo para o Sebrae” e “Tipos de Empreendedorismo”.

As formulações desse capítulo 2 são inéditas dentro dos referenciais do SEBRAE. Elas não estavam presentes nos referenciais anteriores do SEBRAE (RNPE de 2001, RES 2006 e 2015) que foram analisados por Dias (2019). Esse capítulo tem a intenção de convencer os leitores a compreenderem a origem do termo empreendedorismo e seus diferentes significados, como ele foi visto dentro da história e sua relação com o trabalho. Segundo formuladores do APH, se torna imprescindível entender o empreendedorismo “para compreender o futuro do trabalho e as novas relações que criamos nesse âmbito, impactadas pela evolução tecnológica e pelas novas configurações da nossa sociedade” (SEBRAE, 2020b, p.22).

No entanto, os tipos de trabalhos que se busca relacionar com o empreendedorismo são trabalhos precarizados, sem direitos, e que levam a superexploração e intensificação do trabalho, bem como a diminuição do tempo livre do trabalho.

Em relação à origem do termo, o SEBRAE salienta que ele tem forte ligação com o fazer, e tem origem francesa, com surgimento no século XII. No entanto, alegam que o termo só assumiria o sentido de hoje entre o final do século XVII e início do século XVIII, quando o “empreendedor passou a ser conhecido como aquele que cria e dirige empreendimentos e projetos” (SEBRAE, 2020b, p.23). Após explicitar essa suposta origem do termo, o SEBRAE apresenta uma “linha do tempo de trabalho seminais em empreendedorismo” (p.25) adaptada com correções de um estudo de Arruda, Burchart & Dutra, de 2016, iniciando com Cantillon, no século XVIII, em 1955, até o ano de 2015, mas com a última inserção com os autores Baker e Nelson, que desenvolvem a Teoria da bricolagem, na qual o empreendedor parte de poucos recursos.

Acreditamos que a apresentação dessa linha do tempo não é desprovida de intenções, ela busca dar um caráter de historicidade e de conhecimento ao empreendedorismo e as suas formas de manifestação ao longo da história, para criar uma visão de que o SEBRAE tem muito conhecimento e ferramentas para a disseminação da assim chamada “cultura empreendedora” na sociedade, sendo, assim, uma organização com *expertise* para implementar projetos e programas

de educação empreendedora. Isso fica evidente em outro documento produzido no ano de 2020 que, por mais de uma vez, salienta o seguinte: “Com mais de 25 anos de experiência e envolvimento no desenvolvimento de soluções de empreendedorismo para a educação formal, é hoje reconhecida como uma das maiores referências do país nessa área” (SEBRAE, 2020a, p.5).

Neste sentido, o SEBRAE veicula as ideias sobre as influências econômicas, sociológicas e psicológicas que o empreendedorismo teve ao longo da história, buscando dar sustentação teórica as suas próprias formulações. No entanto, essa apresentação se dá de forma bem superficial e resumida em uma página por autor, sintetizando os pontos relevantes do empreendedorismo e as características dos empreendedores, manifestados pelos diversos autores, sem que sejam feitas as mediações com a totalidade concreta.

De um modo geral, os elementos enfatizados pelo SEBRAE são ligados ao desenvolvimento econômico e de negócios, a assunção de riscos e a incerteza, a identificar oportunidades e criar inovações, a liderança e persistência, a responsabilidade e esforço, a resolver problemas, a necessidade de realização e a necessidade de recursos e capital para obter lucro. Todos esses elementos são a base da chamada “cultura empreendedora” e se encontram nos diversos projetos, programas e metodologias de educação empreendedora promovidos pelo SEBRAE.

Constatamos, assim, que as formulações do SEBRAE buscam inculcar nos indivíduos esses elementos e competências da prática do empreendedorismo, de modo que eles assumam a responsabilidade para se adaptar ao “admirável mundo novo” que se impõe a todos, e que o comportamento empreendedor é a chave para que essa adaptação ocorra com sucesso, seja nos novos empregos formais ou informais. Além disso, o SEBRAE apresenta no documento TREE uma linha cronológica do pensamento econômico destacando o seguinte sobre três delas: “têm grande influência na definição contemporânea de empreendedorismo, utilizada pelo Sebrae — a Escola Knightiana, a Escola Schumpeteriana e a Escola Kirzneriana” (SEBRAE, 2020b, p. 33). A primeira pertencente à corrente neoliberal americana da Escola de Chicago, a segunda à escola liberal clássica, e a última à escola neoliberal austríaca, liderada por Ludwig von Mises. Neste sentido, temos que o SEBRAE tem, em suas bases teóricas e históricas, o neoliberalismo como modelo de organização política e social para referenciar a ideologia do empreendedorismo, e que reforça o individualismo como valor moral radical.

Ainda nesse capítulo 2, o SEBRAE (2020b) expõe alguns estudos⁹, do início do século XXI, que vêm influenciando o desenvolvimento da chamada “cultura empreendedora” por ele difundida. Esses estudos são evocados para perpetuar a ideia de que o empreendedorismo vai além da abertura de negócios. O empreendedorismo estaria ligado a ideia de que o próprio

indivíduo deveria ser empreendedor de si para obter sucesso na vida produtiva e social, seja como empregado ou pela via do autoemprego. Caberia aos indivíduos, segundo a ideologia difundida pelo SEBRAE, tomar decisões, buscar, identificar, moldar e criar as oportunidades para a implementação de um empreendimento, mesmo diante do inesperado e das surpresas, sendo necessário ser flexível e utilizar os recursos disponíveis de maneira criativa, mesmo se esses forem escassos. Isso os permitiria lidar com a instabilidade do processo de empreender, o que teria reflexo também na vida social e produtiva.

Para finalizar o capítulo 2, o SEBRAE (2020b) expõe qual é a sua perspectiva de empreendedorismo, pautada em uma publicação própria de 2019 contida no TREE:

Sebrae compreende o empreendedorismo de forma ampla, entendendo que o indivíduo se torna um empreendedor quando revela mentalidade e atitudes empreendedoras, agindo de modo a agregar valor em qualquer contexto em que esteja: **como colaborador em uma empresa, como membro de uma associação ou cooperativa, como membro de um clube ou comunidade, como dono de seu negócio – qualquer que seja seu porte.**

Portanto, a instituição entende que a cultura empreendedora pode e deve ser disseminada para ajudar as pessoas a empregar seu potencial de modo **criativo e inovador**, buscando formas de implementar seu propósito, de **conquistar e realizar seus sonhos e a vida que almejam para si e para seus próximos.** (SEBRAE, 2020 b, p. 56, **grifos nossos**)

Nessa formulação, podemos constatar que o SEBRAE incorpora concepções clássicas e mais recentes sobre o empreendedorismo para construir sua própria concepção de empreendedorismo, que tem como destaque a atuação do empreendedor em qualquer ambiente social ou produtivo, e parte das vontades e desejos individuais de cada indivíduo. Essa perspectiva de empreendedorismo demonstra a intenção de realmente formar indivíduos empreendedores de si, adotando uma nova maneira de ser, agir e pensar nesse “admirável mundo novo”, mas que conserva as relações de classes, pautadas na hegemonia burguesa e na exploração da classe trabalhadora, para a reprodução do capital na sua face mais violenta, pelo viés do neoliberalismo.

No capítulo 3, “Educação em Transformação”, o APH aborda as seguintes temáticas: “Educação pós-Revolução Industrial”; “Quatro pilares da educação para o século XXI – Unesco”; “Pensadores da educação (os Clássicos e os pensadores contemporâneos)”; “Contribuições de outras áreas de conhecimentos”; “Contribuições da neurociência”. Esse capítulo tem a intenção de apresentar as teorias de aprendizagem que orientam a educação empreendedora do SEBRAE em decorrência das transformações tecnológicas, o que alteraria o papel do aluno e do professor nos processos de aprendizagem. Essas formulações não são novas, elas já aparecem nas formulações dos RNPE de 2001, na parte 1, intitulada “Análise Comparativa de Referenciais Educacionais”, e nos RES de 2006 e 2015, trazendo os elementos conceituais e

teóricos das teorias Humanistas, Cognitivistas e Sociocríticas¹⁰, conforme nos apresenta DIAS (2019).

Segundo o autor, há um aproveitamento pragmático das teorias cognitivistas, humanistas e sociocríticas, de modo que cada uma contribuiria com a prática docente dos professores. No TREE (SEBRAE, 2020b, p. 62), nessas teorias se encontrariam “conceitos e princípios que permitem fundamentar, orientar e materializar a Educação Empreendedora”, sendo elas fundamentais e essenciais para a pesquisa e a prática do SEBRAE.

Além disso, Dias (2019) chama atenção para o fato de que:

[...] ao se valer de teorias que compreendem o ser humano e o mundo de formas distintas e, em alguns casos, até antagônicas, o documento acaba por produzir o que denominaremos aqui de um “ecletismo de teorias para fundamentar apenas uma teoria”. Chamamos a atenção para o fato de que se fosse só um ecletismo de teorias utilizando-se do que é positivo em cada uma para montar uma proposta, poder-se-ia chamar de um “ecletismo miscelâneo”. (DIAS, 2019, p.332)

No TREE, esse ecletismo é exposto como se fosse uma síntese de cada pensador para fomentar a chamada “educação empreendedora”. No documento encontramos a seguinte formulação:

Termo de Referência não pretende ser uma análise dessas teorias e pensadores, mas sim uma síntese de seus pensamentos, para que o leitor possa compreender os princípios e as premissas que norteiam os trabalhos de capacitação empresarial e de fomento à cultura empreendedora promovidos pelo Sebrae, além de contribuir para a orientação de educadores em todo o Brasil. (SEBRAE, 2020b, p. 63)

Esse ecletismo produzido pelo SEBRAE, de maneira geral, faz uma crítica a educação tradicional, sendo essa vista como mecanicista e fragmentadora da realidade, bem como coloca o professor como o foco do ensino e o aluno com elemento passivo do processo de aprendizagem, tornando o primeiro um simples transmissor de conhecimentos e informações, e o segundo, o receptor. Para o SEBRAE, o aprendizado se daria num processo interno do indivíduo, quando esse interagisse com o meio externo.

Essa perspectiva se mantém no TREE (SEBRAE, 2020b) ao acrescentar que o professor deve ser um facilitador do processo de aprendizagem, ele deve ajudar o aluno a refletir sobre o que fazer. Na perspectiva do SEBRAE, incorporada da Fundação Telefônica, o professor deve ter novas funções:

MENTOR OU TUTOR: papel do professor que percebe e apoia os alunos no seu percurso, ajudando na construção de seus projetos de vida, interessando-se pelo desenvolvimento total deles. ORIENTADOR: aquele que apoia os alunos no desenvolvimento de seus interesses, orientando-os na aprendizagem por projetos, estimulando-os a lidar e solucionar problemas, aplicando o conhecimento teórico ao mundo real. PROFESSOR POLIVALENTE: é o professor que ultrapassa os limites de uma disciplina e transita em várias, de modo que consegue combinar conhecimentos, criando conteúdos e atividades que unem essas diferentes áreas. Exemplo: Música e Matemática; História e Jornalismo. (SEBRAE, 2020, p.141)

Nessa perspectiva, constatamos que o professor permanece numa posição secundária, típica das propostas pedagógicas pautadas no lema “aprender a aprender”, nas quais se baseia a educação empreendedora do SEBRAE. Temos, assim, um forte posicionamento valorativo sobre a aprendizagem dos alunos, futuros empreendedores, de modo que eles aprenderiam por si mesmos, sendo necessária apenas a proposição de experiências, por parte dos professores, que envolvam as competências empreendedoras para os alunos alcançarem um resultado positivo.

Com relação ao RES de 2006, Dias (2019) ressalta que o documento mantém a perspectiva de formação baseada nas competências, decorrente das proposições do relatório Jacques Delors da Unesco (1998).

Em consonância com os referenciais anteriores, o SEBRAE mantém no documento do TREE esse ecletismo apoiado nos quatro pilares da UNESCO, pois, isso possibilitaria desenvolver o “o ser humano não só em sua capacidade cognitiva, mas como cidadão, com competências, habilidades e autonomia para transformar a si mesmo e o mundo a sua volta” (SEBRAE, 2020b, p. 61).

Em nossa análise, a visão que os formuladores buscam passar é a de que a educação empreendedora, pautada nos pilares, teria o potencial de superar a visão fragmentada das pedagogias tradicionais, fomentando o desenvolvimento de competências cognitivas e socioemocionais, como o TREE enfatiza, visto que, segundo o SEBRAE (2020b), as últimas (socioemocionais) têm recebido pouca atenção, o que empobreceria a educação empreendedora.

Para ilustrar quais são os pensadores que orientam as metodologias da chamada “educação empreendedora”, no documento TREE, o SEBRAE apresenta um quadro na página 63. Salientamos que, dos pensadores citados no quadro, Dias (2019) já analisou as proposições de Piaget, Vygotsky, Carl Rogers, Paulo Freire, Demerval Saviani e João Luiz Gasparin. Os pensadores Seymour Papert, Antônio Carlos Gomes da Costa e Zygmunt Bauman foram incluídos como referências no TREE.

Buscaremos expor, brevemente, as considerações de Dias (2019) sobre as teorias cognitivistas, humanistas e sociocríticas, e analisar as proposições dos pensadores acrescidos pelo SEBRAE nesse novo referencial, para compreendermos como eles estão se apropriando dos pontos positivos, como nos adverte Dias (2019), para referenciar a educação empreendedora.

Em relação às Teorias Humanistas, Dias (2019) expõe que as formulações do SEBRAE destacam a importância das aprendizagens significativas e por vivências de experiências, sendo a educação mais que o acúmulo de fatos, sendo necessário uma aprendizagem penetrante para ser incorporada aos comportamentos individuais. Essas formulações são feitas como crítica à

educação tradicional e buscam associar o humanismo às dimensões do aprender a ser e a conviver. O principal pensador citado é Carl Rogers.

Em relação às Teorias Cognitivistas, as formulações buscam associá-las a compreensão do funcionamento da mente e de como ocorreria a aprendizagem. Os pensadores apresentados, e que permanecem no TREE, são Piaget e Vygotsky, mas segundo Dias (2019), o SEBRAE se apoia, para explicar as Teorias Cognitivistas, apenas em Piaget. Neste sentido, busca-se focar na perspectiva da construção do conhecimento, de modo que “não existiria um saber predeterminado, mas construído na interação organismo-meio” (DIAS, 2019, p.335). Além disso, destacam que o aprendizado ocorreria de forma individual, pautado nos conceitos de adaptação e acomodação, nos quais o indivíduo é o construtor do seu próprio conhecimento, que ocorreria em uma educação que produzisse desafios a todo momento, gerando desequilíbrios e reequilibrações sucessivas. Segundo o autor, as Teorias Cognitivistas, expostas pelo SEBRAE, seriam fundamentadas no aprender a conhecer. O autor ainda faz uma importante observação sobre as formulações do SEBRAE que situam Vygotsky como sendo cognitivista, desconsiderando que “a produção vigotskiana é pautada na construção do homem socialista, de modo que este pesquisador não produziu sua teoria, a priori, pensando apenas o desenvolvimento cognitivo e indiferente ao contexto ideopolítico” (DIAS, 2019, p.335).

Apesar de apontar que Vygotsky se opôs a Piaget, o SEBRAE especificamente no TREE, tem a intenção de aproximar as teorias de Piaget e Vygotsky ao apontar, em suas formulações, que “a abordagem pedagógica que se fundamenta em seus estudos e teorias é denominada “socioconstrutivismo” ou “sociointeracionismo” (SEBRAE, 2020b, p.68)”, desconsiderando as concepções de sujeito e sociedade defendida pelos autores.

Uma importante consideração a ser feita é a estratégia utilizada pelo SEBRAE no TREE, para justificar a valorização dos interesses e sonhos dos empreendedores a partir de práticas espontâneas e cotidianas. Na apresentação dos conceitos de Vygotsky, o APH busca ressaltar que “os conceitos espontâneos são a base dos conceitos aprendidos formalmente – conceitos científicos – e que, sendo alterados e assimilados, constituirão o suporte para outros conceitos espontâneos que sejam utilizados deliberadamente” (SEBRAE, 2020b, p. 68).

Em relação a teoria Sociocrítica, Dias (2019) ressalta que o documento a apresenta de forma simplista e acrítica, não representando o pensamento dessa teoria para a transformação da realidade social. O SEBRAE ainda veicula alguns ideais de Paulo Freire de forma pragmática para “propor e defender uma educação progressista, pautada no humanismo, que levaria em consideração a subjetividade como ferramenta de libertação” (DIAS, 2020b, p.336), de modo a associá-la a Teoria Sociocrítica do aprender a fazer. No entanto, Dias (2019, p.336) ressalta que a

obra de Paulo Freire “é crítica e contrária à formação empreendedora, interessada apenas aos fins dos dominadores”. Isso é desconsiderado no TREE, pois, segundo seus formuladores, pautados na abordagem de Freire:

[...] os potenciais empreendedores, os proprietários de pequenos negócios, os professores, os educadores, os alunos e os estudiosos do tema devem ser estimulados a atuar de forma crítica, ampliando sua capacidade de criar e recriar soluções, produtos e negócios, acompanhando e, ao mesmo tempo, impactando as mudanças econômicas, sociais e políticas que afetam a sociedade (SEBRAE, 2020b, p.73).

No TREE, assim como nos RES de 2015, formuladores SEBRAE apresenta concepções da Pedagogia Histórico-Crítica (PHC), desenvolvida por Dermeval Saviani. Segundo Dias (2019), ao invocar a PHC, o SEBRAE tem por objetivo reforçar a formação de competências, sem levar em consideração a visão de homem e mundo defendida pela PHC, que nega a formação por competências.

Dias (2019) ressalta que há uma apropriação apenas metodológica, descurada dos referenciais marxistas nos quais a PHC se pauta, e que são incompatíveis com a visão liberal e neoliberal que sustenta a educação empreendedora, como o próprio SEBRAE afirma no TREE. Neste sentido, Dias (2019) chega à conclusão de que é incompatível a associação da PHC com a dita “formação empreendedora”, visto que “ao se retirar os seus fundamentos teóricos marxistas se retira a perspectiva da sua compreensão da escola/educação como um espaço de disputa, em que este referencial teórico-metodológico situa-se de forma revolucionária” (DIAS, 2019, p.346). A perspectiva da PHC é incompatível com a visão pragmática e relativista das competências e da chamada “educação empreendedora” proposta pelo SEBRAE.

Dentre os pensadores contemporâneos, o TREE apresenta dois novos pensadores, Seymour Papert e Antônio Gomes da Costa, que contribuem com a sua “síntese” para embasar a chamada “educação empreendedora”. O Seymour Papert é utilizado para justificar o uso das tecnologias de informação e comunicação na educação. No TREE, o SEBRAE aponta que Papert defendia a ideia de que o aluno se tornaria um sujeito ativo e responsável pela sua própria aprendizagem, enquanto a aprendizagem favoreceria o aprendiz no envolvimento da “construção de algo externo a si mesmo: um brinquedo, um instrumento, um dispositivo, um livro, um programa de computador, etc.” (SEBRAE, 2020b, p.75). A utilização pelo SEBRAE do argumento de defesa de Papert pode até ser válida, mas o SEBRAE desconsidera as condições materiais de existências da grande maioria das escolas e alunos, sendo essa proposição incompatível com a realidade concreta brasileira e muito provavelmente com a maioria das escolas e alunos do planeta.

O intelectual Antônio Carlos Gomes da Costa é acionado pelo SEBRAE para defender sua tese da necessidade do aluno se tornar protagonista na escola e na vida social e produtiva, em

outras palavras, desenvolver seu projeto de vida. Segundo os formuladores do TREE, baseados nas ideias do pensador:

[...] para que haja protagonismo juvenil, é necessária a criação de oportunidades e de espaços a fim de que os jovens possam dialogar, interagir e participar da construção de suas histórias, de modo a assumir responsabilmente seu papel transformador na sociedade (SEBRAE, 2020b, p. 77).

Notamos a responsabilização dos alunos para construir sua própria história e projeto de vida. E, de acordo com as formulações do SEBRAE que apresentamos até o momento, essas oportunidades seriam criadas ou identificadas se o aluno fosse portador de competências empreendedoras. Nas palavras do SEBRAE, os alunos devem ser estimulados a explorar seu potencial, desenvolvendo as competências empreendedoras (SEBRAE, 2020b).

Para finalizar a apresentação de pensadores que foram acionados para cancelar a chamada “educação empreendedora”, o SEBRAE apresenta menções do filósofo e sociólogo Zygmunt Bauman¹¹. Esse autor apresenta uma interpretação crítica da contemporaneidade, mas foi acionado pelo SEBRAE para legitimar as metamorfoses do capitalismo. Nessa linha, o APH, esvaziando o sentido crítico de Bauman, afirma que “no mundo moderno, já não convivemos com a solidez do conhecimento, a solidez das relações humanas ou a solidez das coisas” (p.81), e “pontua que vivemos situações e condições voláteis, frágeis, em um movimento contínuo de novos inícios, novos projetos” (SEBRAE, 2020b, p.82). Ao esvaziar o sentido crítico de Bauman, o SEBRAE busca produzir a sensação de instabilidade e incerteza sobre os conhecimentos e a vida. Produzindo uma necessidade de constante adaptação dos indivíduos às necessidades e situações impostas pela vida produtiva e social. Isso fica evidenciado na formulação: “O autor [Bauman] destaca que, no mundo líquido, somente o aprender a aprender permite que os alunos se adaptem” (SEBRAE, 2020b, p. 82). Verificamos que Bauman, um autor crítico ao capitalismo, é acionado para legitimar aquilo que é objeto de sua crítica. Assim como distorceu as formulações da Pedagogia Histórico-Crítica, o SEBRAE realiza o mesmo movimento com o pensamento de Bauman para legitimar no plano teórico o lema.

E para finalizar o capítulo, o SEBRAE evoca contribuições da neurociência. Essas contribuições justificariam a necessidade do desenvolvimento das competências cognitivas e socioemocionais, visto que “o desenvolvimento pleno do potencial do ser humano necessita de equilíbrio na interação entre os domínios cognitivo e emocional” (SEBRAE, 2020b, p. 83). Chamamos atenção que as competências socioemocionais ganham destaque no TREE, o que não ocorria dentro dos referenciais do SEBRAE no RNEP de 2001 e nos RES de 2006 e 2015. No TREE, as competências socioemocionais têm um capítulo (Capítulo 5 - Competências empreendedoras e socioemocionais) que as vinculam diretamente com as competências empreendedoras.

A partir da análise do capítulo, concluímos que o SEBRAE busca, realmente, múltiplas referências para se fazer uma espécie de “síntese” dos pontos positivos a partir de um ecletismo teórico contraditório para legitimar sua perspectiva de mundo, visto que as teorias expostas são conflitantes. Baseado nesse ecletismo, no capítulo 4, “EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA”, o SEBRAE vai apresentar as temáticas: “Empreendedorismo: Europa x EUA”; “Ensino de empreendedorismo no Brasil”; “O Modelo de Educação Empreendedora”. Esse capítulo busca apresentar como surge a proposta de ensinar o empreendedorismo, a princípio na Europa e nos Estados Unidos da América (EUA), para depois explicitar a chamada “educação empreendedora no Brasil” e o modelo do SEBRAE.

Com relação à Europa, o APH ressalta que a chamada “educação empreendedora” teria se desenvolvido baseada nos impactos econômicos que o empreendedorismo teria na economia, mas também ligada ao desenvolvimento da criatividade e inovação. Já nos EUA, a formulação estaria ligada a criação de negócios ligados a tecnologia e ao rápido crescimento de *startups* (SEBRAE, 2020b). Isso explicaria a atenção dada à 4 Revolução Industrial (capítulo 1 do TREE) e as contribuições de Seymour Papert (capítulo 3 do TREE) para se pensar o empreendedorismo.

Com relação ao Brasil, os formuladores apresentam, muito superficialmente, o papel da Fundação Getúlio Vargas como a primeira a abordar o empreendedorismo na educação superior. O destaque fica para o Programa Nacional de Educação Empreendedora (PNEE), criado pelo próprio SEBRAE, em 2013, para capacitar professores e disseminar a chamada “cultura empreendedora” nas instituições de ensino que firmam “parcerias” com o SEBRAE. Uma ênfase que o SEBRAE sempre menciona é que as escolas parceiras recebem gratuitamente o material de aprendizagem, sem revelar que o seu financiamento se dá por meio de apropriação do fundo público, mediante parcelas do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

O APH indicou que as propostas de “educação empreendedora” do PNEE se assentaria:

[...] em questões filosóficas, em dimensões relacionadas ao motivo pelo qual se pretende oferecer esse tipo de educação (propósito), o que é a Educação Empreendedora, para quem ela se destina, como deve ser desenvolvida (metodologias e pedagogias) e para quais resultados se oferta esse tipo de educação (avaliação). (SEBRAE, 2020b, p. 89)

Essa formulação tem o intuito de apresentar como o SEBRAE pensa a educação, em especial a chamada “educação empreendedora”. Tanto que, logo após, ele avança para a apresentação das 3 funções da educação que considera importantes: qualificação, socialização e subjetivação.

A qualificação de volta para a preparação para o trabalho ou auto trabalho, sendo necessária a “aquisição e desenvolvimento de conhecimentos, habilidades, competências para

realizar uma atividade ou um afazer, indo do mais específico ao mais geral” (SEBRAE, 2020b, p. 91). Já a socialização contribuiria para os indivíduos desenvolverem uma nova forma ser, agir e pensar, pois “a educação formal contribui para o ensino de valores, educação moral e cívica, formação do caráter, socialização profissional e também para a manutenção do estado vigente na sociedade” (p.91). A subjetivação (individualização) levaria a formar um “ser ou a se tornar um ser independente da ordem instituída, destacado da ordem geral” (p.91).

Nota-se que a concepção do SEBRAE de educação equivale à adaptação e não na qualificação para a autonomia. Seu foco é o indivíduo atomizado, negando sistematicamente a existência coletiva da classe social. Com efeito, fomenta a adoção de comportamentos e atitudes individuais para a atuação no livre mercado, reforçando, assim, o individualismo como valor moral radical¹².

Posteriormente, o SEBRAE afirma ser necessário definir um propósito para a educação e que tal propósito resultaria no desenvolvimento da economia e do empreendedorismo. Além dessas justificativas outras também são evocadas, como “os impactos provocados na motivação e no comprometimento dos alunos, dos professores e dos profissionais envolvidos, tanto na educação quanto no trabalho” (SEBRAE, 2020b, p. 92). Segundo o SEBRAE:

Estudiosos indicam que a essa educação da qual estamos tratando provoca aumento do interesse dos alunos, estimula sua criatividade, afeta positivamente no empenho, na resiliência, e até no clima do grupo, já que o torna mais alegre. Tudo isto contribui, ao final, para a maior retenção dos alunos na escola. (SEBRAE, 2020b, p.92)

Constatamos que as características socioemocionais, veiculadas no excerto acima, são muito valorizadas, como se a educação empreendedora por si só tivesse o “poder” de mudar o modo como os alunos se envolvem com o processo de aprendizagem. Além disso, as formulações reforçam que a educação empreendedora levaria os alunos “ao desejo de resolver problemas sociais, motivando-os para empreender socialmente” (SEBRAE, 2020b, p. 92), tornando-os protagonistas e criando valor social, seja individualmente ou pelos empreendimentos que realizassem.

De uma maneira geral, na visão do APH, a chamada “educação empreendedora” promoveria crescimento econômico, inovação, criação de empregos, autonomia, capacidade de realização, autoconhecimento, protagonismo, engajamento social, resiliência, criatividade e comprometimento. Ela é projetada como “[...] mediadora e transformadora do sujeito, ajuda a desenvolver habilidades e comportamentos empreendedores e desafia paradigmas” (SEBRAE, 2020b, p. 94).

Nessa linha, a chamada “educação empreendedora” seria uma alternativa para as pessoas, podendo elas terem uma carreira ou não, criar suas próprias empresas e negócios, atenderem seus objetivos pessoais ou coletivos porque, supostamente, promoveria uma

“educação para a vida, centrada na ação empreendedora com foco em resultados” (SEBRAE, 2020b, p. 94). Essa educação se daria por meio do conhecimento sobre o empreendedorismo, do desenvolvimento de habilidades empreendedoras e da adoção da mentalidade ou do chamado “espírito empreendedor”.

Nas formulações do TREE, haveria três grandes categorias para ensinar empreendedorismo: ensinar sobre empreendedorismo; educação para o empreendedorismo; e educação por meio do empreendedorismo. A primeira forma se ligaria aos aspectos teóricos e conceituais sobre o empreendedorismo. A segunda seria voltada ao desenvolvimento de conhecimentos e competências para a prática do empreendedorismo. Já a terceira, alinhada à perspectiva do SEBRAE, estaria baseada na aprendizagem por experiências empreendedoras (SEBRAE, 2020b). O SEBRAE considera importante destacar a sua escolha por essa categoria, pois na educação por meio do empreendedorismo:

[...] os alunos e os participantes das soluções, dos programas e das atividades, desenvolvem atitudes, competências e conhecimentos, em um processo de aprendizagem ativo, dinâmico, desafiador, com exposição e envolvimento com situações, problemas, desafios, projetos, de tal modo que busquem soluções e alternativas que lhes permitam agregar valor e que estejam preparados para a vida. (SEBRAE, 2020b, p.96)

A dimensão experimental da qualificação, que é a mais valorizada no ensino por competências, é evidenciada nessa proposição, reduzindo a experiências empreendedoras, relativizadas e pragmáticas, dentro do processo de aprendizagem. Essa educação empreendedora deve estar presente em todos os níveis de educação, segundo o SEBRAE, sendo os professores capacitados os responsáveis por disseminar a metodologia nas salas de aulas. Como resultado, espera-se que alunos e professores ampliem “a consciência sobre o que é empreendedorismo, o que é ser empreendedor e oferecer oportunidade de desenvolver conhecimentos e competências essenciais” (SEBRAE, 2020b, p.99) para que tenham a intenção de empreender, adquirir as competências empreendedoras ou que essas possam influenciar positivamente a empregabilidade dos ex-alunos ou mesmo no nível de desenvolvimento da economia.

O capítulo 5, “Competências empreendedoras e socioemocionais”, vai tratar das seguintes temáticas: Competências Empreendedoras; Educação Empreendedora para o Sebrae; Características do Comportamento Empreendedor (CCE); Empretec; Competências socioemocionais; Competências cognitivas x socioemocionais; Colaboração para a Aprendizagem Acadêmica, Social e Emocional (Casel); Competências socioemocionais em destaque.

O SEBRAE (2020b, p. 102) afirma que, “o ensino de empreendedorismo deve ter como objetivo o desenvolvimento das competências empreendedoras – cognitivas, atitudinais e operacionais”, o que já se apresentava no RES de 2015. Essas competências, segundo os

formuladores do TREE, permitiriam aos alunos “produzir resultados em diferentes contextos e níveis, quais sejam: pessoal, profissional, organizacional, cultural e social” (p.102).

Constatamos, a partir dessa formulação, que o objetivo do SEBRAE é formar o dito “indivíduo empreendedor”, não só em relação a vida produtiva, mas levando a chamada “cultura empreendedora” a todas as instâncias possíveis da vida social, pois para o SEBRAE (2020b, p. 103) as competências empreendedoras são “a base da cidadania, da empregabilidade e da inclusão social”.

Chamamos atenção que a cidadania, a empregabilidade e a inclusão social são pautadas no neoliberalismo e no liberalismo, como eles mesmos apontaram no TREE, o que nos leva a compreendê-las na lógica do individualismo, da aquisição de competências e da responsabilidade social, desresponsabilizando o Estado por garantir os direitos sociais que protegem a população.

Para o SEBRAE (2020b), a chamada “educação empreendedora” desenvolveria “agentes de mudanças”, capazes de responder, e prever, o que se deve fazer para atender as necessidades e situações presentes e futuras. Em outras palavras, os indivíduos empreendedores estariam preparados para lidar com as demandas do mercado e as mudanças advindas da 4ª Revolução Industrial, que tornou a vida produtiva volátil, incerta e instável. Para isso, eles devem desenvolver um dito “comportamento empreendedor”, tal como McClelland caracterizou e conforme foi implementado no Brasil pelo EMPRETEC, que treinou o comportamento de inúmeros brasileiros para adotarem um “comportamento empreendedor” a partir do desenvolvimento de 10 competências ligadas a motivação de realização, a capacidade de planejamento e ao exercício de poder (SEBRAE, 2020b). Essas 10 competências são:

Motivação de realização

1. Perceber e buscar oportunidades e tomar iniciativa de aproveitá-las
2. Persistir diante de obstáculos
3. Correr riscos calculados
4. Exigir qualidade e eficiência
5. Comprometer-se com o trabalho contratado

Capacidade de planejamento

6. Ter disponibilidade e interesse para buscar informações
7. Estabelecer metas
8. Planejar e monitorar sistematicamente

Exercício de poder

9. Persuadir e estabelecer redes de contato
10. Ter independência e autoconfiança. (SEBRAE, 2020b, p.108-110)

De um modo geral, a exposição dessas competências do EMPRETEC, bem como os comportamentos e atitudes necessárias para desenvolvê-las, descritas abaixo de cada uma delas no TREE, buscam sensibilizar os leitores para a assim chamada “cultura empreendedora”, de modo que identifiquem possibilidades de realização em si próprios e para seus alunos, no caso dos professores. No entanto, isso fica muito no plano individual e cotidiano, uma vez que desconsideram as estruturas que compõem a realidade concreta.

Em sequência, o SEBRAE apresenta as competências socioemocionais, uma “novidade” dentro de suas formulações do SEBRAE. Segundo o próprio SEBRAE (2020b, p.111), “as competências não cognitivas têm recebido pouca atenção – consequência também do despreparo e da falta de capacitação dos professores para desenvolvê-las –, empobrecendo o tipo de Educação Empreendedora oferecida aos alunos”. De forma bem explícita, o SEBRAE responsabiliza professores e o sistema educacional como um todo, pelo não desenvolvimento das competências socioemocionais. Justificando essa responsabilização com um discurso produzido através de estudos de empresas, o SEBRAE apresenta a seguinte afirmação: “mostraram que o desempenho superior está mais vinculado a atributos sociais ou emocionais (relacionamento interpessoal, flexibilidade e autoconfiança, por exemplo) do que a competências cognitivas” (SEBRAE, 2020b, p. 111). A estratégia utilizada, aqui, perpassa a utilização de um prestígio que “estudos” têm na sociedade para justificar o ensino de competências socioemocionais, mesmo sem uma base concreta.

No sentido de fomentar o desenvolvimento de competências, em seguida, o SEBRAE faz uma distinção entre competências cognitivas e competências socioemocionais, chamando atenção para o fato de que as competências empreendedoras, advindas das cognitivas e socioemocionais se apresentariam de acordo com a necessidade dos indivíduos diante das situações/problema. Isso fica evidente na Figura 11 do TREE (SEBRAE, 2020b, p. 113-114), que sempre utiliza o pronome “Eu” antes dos verbos ligados a competências em situações que podem ocorrer. Isso demonstra a intenção de subjetivação (individualização) dos indivíduos para assumirem para si a dita “cultura empreendedora”, adquirindo competências cognitivas e socioemocionais que compreenderiam as competências empreendedoras.

A seguir, o SEBRAE apresenta uma “mandala”, que lembra muito a utilizada pelo Instituto Ayrton Senna para demonstrar as cinco competências socioemocionais centrais pautadas na: Colaboração para a Aprendizagem, Acadêmica, Social e Emocional (CASEL).

Nessa “mandala”, o SEBRAE apresenta as competências envolvidas no desenvolvimento da aprendizagem emocional e social e, logo na página seguinte, explica cada uma das 5 competências socioemocionais centrais que devem ser consideradas na educação empreendedora. De forma geral, a competência “consciência de si” engloba o reconhecimento individual das próprias emoções, pensamentos e valores. A competência “autogestão” versa sobre o desenvolvimento de competências para controlar de maneira eficaz pensamentos, emoções e comportamentos, para atingir objetivos pessoais. A competência “consciência social” remete à capacidade de se colocar no lugar do outro. A competência “habilidade de relacionamento” se liga aos comportamentos para manter bons relacionamentos e mediar

conflitos. E a competência “tomada de decisão responsável” se liga à habilidade de tomar decisões construtivas sobre o comportamento pessoal e social (SEBRAE, 2020b).

Em nossa análise, as cinco competências buscam formar um indivíduo que controle suas emoções, pensamentos e comportamentos para manter a coesão social e aceitar as determinações do mundo produtivo e social, garantindo a ordem social e a reprodução do capital, mesmo diante da superexploração e das condições precárias de trabalho e sociabilidade em que vive a classe trabalhadora.

Após a apresentação dessas competências, o TREE (SEBRAE, 2020b) vai enfatizar e destacar sete competências socioemocionais que seriam imprescindíveis para a educação empreendedora, a saber: criatividade, empatia, resolução de problemas, integridade, diversidade, resiliência e colaboração. Essas competências se vinculam ao discurso dominante de que todos os indivíduos devem possuí-las para se adaptarem às instabilidades e incertezas do mundo atual e as novas mudanças que estão por vir. Dito de outra maneira, todos devem adquirir essas competências socioemocionais para atender as demandas do mercado de trabalho e da sociabilidade burguesa, de modo a adotarem uma nova forma de ser, agir e pensar a realidade, evitando conflitos e se responsabilizando por seu sucesso ou fracasso de forma individual.

No capítulo 6, “Prática: métodos e técnicas de educação empreendedora”, o SEBRAE vai apresentar as seguintes temáticas: Aprendizagem Baseada em Problemas; Aprendizagem Baseada em Projetos; Sala de aula invertida (ou flipped classroom); Método Berkeley de Empreendedorismo (BMOE Bootcamp); *Team Academy*; Empreendedorismo na prática. O conteúdo desse capítulo é também inédito entre os referenciais do SEBRAE (RNPE de 2001 e os RES de 2006 e 2015).

Essas metodologias se enquadram dentro das pedagogias ligadas ao lema “aprender a aprender”, de referência supostamente construtivista. Elas têm a intenção de formar indivíduos dispostos a aprender qualquer coisa, no caso do TREE, a empreender, seja na vida produtiva ou social, desde que seja útil para que eles se adaptem às exigências econômicas, políticas e culturais dominantes, sem questionar a realidade aparente. Duarte (2000, p.156-157) chama a atenção para o fato de que essas pedagogias, ou metodologias, sempre estão acompanhadas do “discurso que alerta para a existência de uma aceleração vertiginosa das mudanças na tecnologia, nas relações de trabalho, nos valores culturais, nas atividades cotidianas, nas relações econômicas e políticas internacionais”, como vem fazendo o SEBRAE nos capítulos anteriores. Neste sentido, o autor adverte que não se produz, com essas pedagogias e metodologias, indivíduos com autonomia intelectual e moral, nem com espírito crítico (DUARTE, 2000), como advoga a chamada “educação empreendedora”.

Assim sendo, o indivíduo tornar-se-ia mais facilmente adaptável às demandas do capital e às flutuações da sociabilidade burguesa, “flutuações essas necessárias à constante recomposição da hegemonia das classes dominantes e ao permanente esforço de escamoteamento das contradições do capitalismo” (DUARTE, 2000, p.156), que individualiza cada vez mais os sujeitos e precariza as condições de trabalho da classe trabalhadora.

Para o SEBRAE, essas metodologias trazem exemplos bem sucedidos e são “influenciadas pelo conceito de “aprender fazendo” (learn by doing), com no contexto real dos negócios e do mundo profissional” (SEBRAE, 2020b, p. 124), isto é, “em condições de alta incerteza, situações complicadas e problemas complexos, situações comuns nos negócios” (p.124).

Notamos nessas formulações, a vinculação direta ao mercado de trabalho e a necessidade de formar trabalhadores prontos para lidar com as incertezas da vida produtiva. Assim sendo, utilizam-se de metodologias que colocam o aluno no centro do processo de aprendizagem, deslocando o professor para a função de facilitador ou auxiliador desse processo, e algumas os definem até como “*coaches*”, isto é, “o papel dos professores é o de facilitador” (SEBRAE, 2020b), como vimos. Neste sentido, o professor se torna um reprodutor técnico e instrumental das metodologias empreendedoras, deixando que o aluno aprenda de forma espontânea, pragmática e relativizada nas situações-problema propostas. Utilizam-se de situações-problema, projetos, desafios, troca de experiências com empreendedores convidados e simulações, entre outras estratégias, para que os alunos aprendam a gerir o tempo, o empreendimento, busque soluções e criem, de forma inovadora, produtos, negócios, sistemas, processos e serviços, assumindo os riscos e as incertezas. Os alunos seriam estimulados a criar histórias empreendedoras, projetos de vida e a buscar as oportunidades que estão no livre mercado. Neste sentido, a chamada “educação empreendedora” construiria uma suposta “cultura empreendedora”, transformando o modo de ser, agir e pensar em qualquer situação da vida social e produtiva, marcada pelas constantes flutuações e pela instabilidade.

Para finalizar o TREE, o capítulo 7, “Educação empreendedora um ensino transversal”, veicula as seguintes temáticas: Ecosistema Empreendedor; Novos atores no ecossistema empreendedor; Formação de Professores; Formação de professores para o empreendedorismo ao redor do mundo; Papel do Sebrae na formação de professores; CER - Centro Sebrae de Referência em Educação Empreendedora: disseminação e conhecimento à mão. De imediato, percebemos a preocupação do SEBRAE em criar o que chamam de um “ecossistema empreendedor”, criando assim a necessidade de formar professores que se vejam enquanto “professores empreendedores” e disseminem a suposta “cultura empreendedora”, mas também

aproximando empreendedores, empresas, negócios, incubadoras, capital financeiros, instituições de ensino e pesquisa, governos, entre outros (SEBRAE, 2020b). Isso nos leva a compreensão que todos os membros da sociedade civil ou política que consideram a dita “cultura empreendedora” como fundamental para o desenvolvimento econômico, a inovação, a forma de ser, agir e pensar dos empreendedores, são chamados, pelo SEBRAE, para construir esse “ecossistema empreendedor”, ou seja, essa sociabilidade requerida pelo capital.

Segundo o SEBRAE (2020b, p.126):

Nos ecossistemas, tanto os empreendedores quanto as organizações competem, mas também cooperam, já que compartilham valores, interesses e metas que lhes permitem se coordenar para atender às demandas crescentes. E apostam nos benefícios mútuos e na sustentabilidade do ecossistema em longo prazo. E ainda: possibilitam a formação de alianças e parcerias e mais apoio para ajudar a pensar e a criar outras soluções, inovar em modelo de negócios, em criação de plataformas e no enfrentamento de problemas e causas comuns. (SEBRAE, 2020b, p.126)

Nessa formulação, podemos visualizar os princípios liberais e neoliberais do livre mercado, permeados pela responsabilidade social pautados no neoliberalismo. Dias (2019) aponta que o SEBRAE em suas formulações buscaria uma harmonia que “possibilitaria” o desenvolvimento de todos e a criação de soluções para enfrentar problemas comuns. Para o SEBRAE, esse ecossistema oferece um leque de oportunidades que favoreceriam o desenvolvimento da dita “cultura empreendedora”.

A intenção é imergir alunos e professores no ambiente de negócios, para formar uma “mentalidade empreendedora” através de experiências concretas de empreendedorismo, sejam elas de pequenos ou grandes empreendedores, investidores de capital de risco ou incubadoras de projetos inovadores. Cabe ressaltar que essa estratégia acaba por limitar a visão dos alunos por excluir outras experiências e outros conhecimentos, como os científicos, filosóficos e artísticos, produzidos pela humanidade e que nos levam, por hipótese, a compreensão da totalidade das relações de produção da realidade concreta.

Essas formações, experiências e investimentos têm sido feitas pelo próprio SEBRAE, bem como por outras instituições, como apresentado no TREE:

No país, a maior dessas organizações e que está presente em todos os estados, cidades, abrangendo várias atividades de apoio aos empreendedores e à Educação Empreendedora é o próprio Sebrae. Outros exemplos são Endeavor Brasil, Aliança Empreendedora, Artemísia, Ashoka, GIFE, Enactus, Choice, Yunus, Rede Mulher Empreendedora, Programa 1000 Women, etc. (SEBRAE, 2020b, p. 139)

Como podemos ver, grandes representantes da burguesia têm a intenção de desenvolver a chamada “cultura empreendedora” através da dita “educação empreendedora”. O GIFE (Grupo de Institutos Fundações e Empresas), que reúne as maiores empresas do país, busca, através dos discursos do investimento social privado, atuar na reprodução da sociabilidade

burguesa para a reprodução ampliada do capital e é uma das investidoras e financiadoras da chamada “cultura empreendedora” que favorece essa reprodução.

Quanto à formação de professores, no TREE, o SEBRAE é enfático em afirmar que as formações iniciais nos cursos superiores não dão conta de preparar os professores para a educação empreendedora, sendo necessário que esses professores tenham desenvolvimento contínuo, interesse e esforço para formar seres humanos. Esses professores por si próprios deveriam “buscar maneiras de se atualizar, principalmente nos dias de hoje, em que se tem à disposição muitos recursos livres na internet ou eventos gratuitos oferecidos por diversas instituições, organizações e profissionais” (SEBRAE, 2020b, p. 140). Nota-se que o SEBRAE responsabiliza o professor por sua formação continuada, retirando do Estado essa função, que é prevista, por exemplo, no Plano Nacional de Educação (PNE). Desconsideram, mais uma vez, as condições dos professores, como se todos tivessem acesso à tecnologia e aos recursos financeiros para completarem sua formação. Negam a situação precária dos professores e das escolas nas quais trabalham, bem como não apresentam uma proposta para melhoria dessas condições, tornando uma responsabilidade individual a solução dos problemas que os professores enfrentam no dia-a-dia.

A única alternativa apontada foi a criação do Centro Sebrae em Educação Empreendedora (CER) para atender a rede do SEBRAE e o público interessado na chamada “educação empreendedora” que, em nossa análise, significa que todos os professores deveriam se interessar nesse tipo de educação.

Considerações finais

Apresentada nossa análise do TREE, concluímos que o SEBRAE se mantém como grande protagonista em disseminar a ideologia empreendedora no país, atualizando e reforçando os princípios da ideologia do empreendedorismo na formação da classe trabalhadora para que se adaptem a sociabilidade burguesa e as demandas do capital. Assim sendo, a chamada “educação empreendedora” se torna uma ferramenta para assimilar moral e intelectualmente os indivíduos em meio à crise estrutural do capital, numa perspectiva individual, e de coesão social, sob a hegemonia burguesa.

Além disso, concluímos que o TREE busca se tornar uma referência nacional para a chamada “educação empreendedora” com intenção de dar materialidade a ideologia do empreendedorismo criando uma suposta cultura empreendedora. No entanto, dadas as condições concretas, a “educação empreendedora” reproduz a ideologia dominante em uma “nova” roupagem no intuito de cooptar alunos e professores a aderirem ao modo de produção capitalista

e a sociabilidade burguesa. E de forma ampliada, esse APH, disseminam um conformismo, de modo a subsumir totalmente os trabalhadores às determinações da classe burguesa, modelando as formas de sentir, pensar e agir

Referências:

ACCIOLY, I. LAMOSA, R. DE A. C. As Competências Socioemocionais na Formação da Juventude: Mecanismos de Coerção e Consenso frente às Transformações no Mundo do Trabalho e os Conflitos Sociais no Brasil. **Revista Vértices**, [S. l.], v. 23, n. 3, p. 706–733, 2021. DOI: [10.19180/1809-2667.v23n32021p706-733](https://doi.org/10.19180/1809-2667.v23n32021p706-733). Disponível em: <https://editoraessentia.iff.edu.br/index.php/vertices/article/view/15976>. Acesso em: 9 abr. 2024.

ANTUNES, R. Trabalho Intermitente e Uberização do Trabalho no Limiar da Indústria 4.0. In: ANTUNES, R (Org.). **Uberização, Trabalho Digital e Indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, 2020b. p. 11–22.

GRAMSCI, A. **O leitor de Gramsci**: escritos escolhidos 1916-1935. Organização e Introdução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

COUTINHO, C. N. A época neoliberal: revolução passiva ou contra-reforma?. **Revista Novos Rumos**, [S. l.], v. 49, n. 1, 2012. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/novosrumos/article/view/2383>. Acesso em: 15 jan. 2023.

DELORS, J. **Educação: um tesouro a descobrir**. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. São Paulo: Cortez, 1998.

DIAS, G. P. **Empreendedorismo, educação e sociabilidade**: a radicalização do indivíduo como sócio majoritário de si. Juiz de Fora - MG. Universidade Federal de Juiz de Fora, 2019. (Tese de Doutorado em Educação). Disponível em: <http://repositorio.ufjf.br:8080/jspui/handle/ufjf/10755> Acesso em: 22 de out. 2020.

DUARTE, N. **Vigotski e o “aprender a aprender”**: crítica às apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vigotskiana. Campinas-SP: Autores Associados, 2000.

DUARTE, N. As pedagogias do “aprender a aprender” e algumas ilusões da assim chamada sociedade do conhecimento. **Revista Brasileira de Educação**. n°18, p.35-40, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/KtKJTDHPd99JqYSGpQfD5pj/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 31 maio. 2023.

GAWRYSZEWSKI, B. Crises capitalistas e conjuntura de contrarreformas: qual o lugar do Ensino Médio? **Revista Pedagógica**, Chapecó, v. 19, n. 42, p. 83-106, set./dez. 2017. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/pedagogica/article/view/4024> Acesso em: 12 jun. 2020.

KOSIK, K. **Dialética do Concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

KUENZER, A. C. Trabalho e escola: a flexibilização do ensino médio no contexto do regime de acumulação flexível. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 38, n° 139, p.331-354, abr.-jun., 2017 Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/mJvZs8WKpTDGCFYr7CmXgZt/?lang=pt> Acesso em: 09 abr. 2024.

MAGALHÃES, R. M. DA C.; LAMOSA, R. DE A. C. A A ofensiva do SEBRAE sobre o Ensino Médio. **Revista Labor**, v. 1, n. 25, p. 121-142, 27 abr. 2021. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/labor/article/view/62709> Acesso em: 16 jan. 2023.

MAGALHÃES, R. M. DA C.; LAMOSA, R. DE A. C. Empreendedorismo nas políticas educacionais e nas escolas. **Revista Eletrônica Interações Sociais**, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 10–27, 2024. DOI: 10.14295/reis.v7i1.15829. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/reis/article/view/15829>. Acesso em: 9 abr. 2024.

MARTINS, A. S. **A direita para o social: a educação da sociabilidade no Brasil contemporâneo**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2009.

MARTINS, A. S.; SOUZA, C. A.; PINA, L. D. Empresas sociais e a privatização de novo tipo da educação básica: um estudo sobre a relação público-privada em cidades de Minas Gerais-Brasil. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, v. 28, n. 183, dez. 2020. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7768076> Acesso em: 11 jan. 2021

SEBRAE. **Empreendedorismo no currículo do Ensino Médio**. 2020a. Disponível em: <https://cer.sebrae.com.br/wp-content/uploads/2020/07/Empreendedorismo-no-curri%CC%81culo-do-Ensino-Me%CC%81dio.pdf> Acesso em: 11 mar. 2021

SEBRAE. **Termo de Referência em Educação Empreendedora**. 2020b. Disponível em: <https://materiais.cer.sebrae.com.br/termo-de-referencia-em-educacao-empresendedora> Acesso em: 11 mar. 2021.

SILVA, M. R.; SHEIBE, L. Reforma do ensino médio: Pragmatismo e lógica mercantil. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 11, n. 20, p. 19-31, jan./jun. 2017. Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/769> Acesso em: 22 un. 2020

Notas

¹ Doutor em Educação (UFRRJ). Mestre em Educação (UFJF). Professor de Ensino Superior do Curso de Pedagogia da Universidade do Estado de Minas Gerais (Uemg) - Unidade Carangola. Pesquisador do Laboratório de Investigação Estado, Poder e Educação (Liepe). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0741978901669940>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8535-4929>. E-mail: ramon_mc_magalhaes@hotmail.com.

² Doutor e Mestre em Educação (UFRJ) e licenciado e bacharel em História. Professor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Pesquisador e Líder do Laboratório de Investigação Estado, Poder e Educação (Liepe). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1913716021055272>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7183-9589>. E-mail: rodrigo1281@yahoo.com.br.

³ Na concepção gramsciana, os APHs, segundo Martins (2009, p. 19) “são organizações políticas e culturais de diferentes tipos, localizados na sociedade, responsáveis por atuar de modos e espaços distintos, visando a conquista, a consolidação e a manutenção do consenso e torno de um projeto societal”.

⁴ Utilizamos nesse artigo o termo “contrarreforma” fundamentados nas elaborações de Coutinho a partir das formulações de Gramsci. Para Coutinho (2012, p. 123, grifos nossos) “Na época neoliberal, não há espaço para o aprofundamento dos direitos sociais, ainda que limitados, mas estamos diante da tentativa aberta – infelizmente em grande parte bem sucedida – de eliminar tais direitos, de desconstruir e negar as reformas já conquistadas pelas classes subalternas durante a época de revolução passiva iniciada com o americanismo e levada a cabo no Welfare. As chamadas “reformas” da previdência social, das leis de proteção ao trabalho, a privatização das empresas públicas etc. [...] têm por objetivo a pura e simples restauração das condições próprias de um capitalismo “selvagem”, no qual devem vigorar sem freios as leis do mercado”. Assim, compreendemos a contrarreforma enquanto um momento de restauração dos princípios mais radicais do liberalismo, do livre mercado, retirando os ganhos sociais da classe trabalhadora decorrente das lutas de classe dentro do processo histórico.

⁵ Utilizamos neste artigo termo “parceiro” ou “parceria” entre “aspas”, visto que acreditamos, assim como Martins, Souza e Pina (2020, p. 10) que “o termo parceria é insuficiente para qualificar o conteúdo histórico da relação público-privada”. Para os autores a relação entre o público e privado formam uma unidade dialética contraditória, visto que ambos possuem características, fundamentos, interesses e finalidades históricas divergentes e até mesmo inconciliáveis, mas que na realidade concreta não se anulam. Assim sendo, concordamos com os autores que “a relação entre eles é engendrada por uma profunda contradição e não pela convergência como o termo parceria sugere” (MARTINS; SOUZA; PINA, 2020, p. 10).

⁶ Entendemos a chamada “cultura empreendedora” enquanto um saber enciclopédico, como nos alerta Gramsci (2011). O SEBRAE constrói essa ideologia com a intenção de “encher e entupir” os indivíduos enquanto recipientes com dados empíricos desconexos e isolados da totalidade das relações sociais a fim de responder as demandas do capital e da sociabilidade burguesa. Serve para reproduzir uma ideologia de que dotados de “competências empreendedoras” os indivíduos seriam superiores a massa da classe trabalhadora, fragmentando e dificultando a consciência de classe. Neste sentido, o SEBRAE busca difundir uma pseudo-cultura sem valor histórico e ligação com as condições materiais concretas de existência da classe trabalhadora. O SEBRAE, busca dimensioná-la como um processo de educação cultural que permitiria aos indivíduos a transformação da vida pessoal, profissional e social,

através de um processo de treinamento pragmático, relativizado, utilitarista e imediatista, que não permite a superação das condições materiais e sócio-históricas da classe trabalhadora para a emancipação humana.

⁷ Segundo Duarte (2001, p. 38), o lema “aprender a aprender”, “sintetiza uma concepção educacional voltada para a formação da capacidade adaptativa dos indivíduos”, distanciando os estudantes, filhos da classe trabalhadora, dos conhecimentos sistematizados que atendem as necessidades humanas reais.

⁸ A sigla VUCA significa: VOLATILITY (volatilidade), UNCERTAINTY (incerteza), COMPLEXITY (complexidade) e AMBIGUITY (ambiguidade).

⁹ Em relação a essas influências, os autores e estudos citados pelo SEBRAE (2020b) foram: Shane e Venkataraman (2000), que realizam a junção das características da oportunidade e da natureza do indivíduo empreendedor; Savarasthy (2001), que desenvolve a Teoria effectuation, cujo empreendedor vislumbra novos fins a partir de seus meios, e; Baker e Nelson (2005), que desenvolvem a Teoria bricolagem, no qual o empreendedor parte de recursos escassos.

¹⁰ Não nos aprofundaremos na análise de cada teoria ou autor, visto que Dias (2019) já fez uma análise profunda sobre eles, a qual corroboramos. Assim sendo, apenas traremos alguns pontos que consideramos fundamentais para se pensar as teorias que fundamentam a educação empreendedora do SEBRAE expressa no TREE.

¹¹ Bauman faz uma crítica ao capitalismo, mas a partir de uma matriz epistemológica diferente do materialismo histórico-dialético que sustenta as análises do artigo.

¹² Baseado em Martins (2009).

Recebido em: 31 de mai. 2023

Aprovado em: 17 de abr. 2024